



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais populares, integrantes do empreendimento Casas Populares – Novo PAC (Programa Minha Casa, Minha Vida), no Loteamento Conjunto Habitacional Mauro Bravin, no Município de Marilândia/ES, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, ferramentas e demais insumos necessários, bem como a execução da infraestrutura urbana complementar indispensável ao pleno funcionamento do empreendimento.

1.1.1. A execução compreenderá, dentre outros serviços previstos em projeto, a construção das unidades habitacionais, serviços de terraplenagem, fundações, estrutura, alvenaria, coberturas, instalações elétricas e hidrossanitárias, pavimentação, drenagem, redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, calçadas, acessos e demais melhorias urbanas, em conformidade com os Projetos Executivos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e critérios definidos neste Termo de Referência e documentos anexos.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, podendo seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de **455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo o prazo de execução de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos casos previstos em lei.

1.4. O contrato estabelecerá detalhadamente as regras relativas à execução, fiscalização, medições, pagamentos, prazos, responsabilidades e demais condições aplicáveis à contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objetivo a execução do empreendimento Casas Populares – Novo PAC (Programa Minha Casa, Minha Vida), no Loteamento Conjunto Habitacional Mauro Bravin, no Município de Marilândia/ES, contemplando a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, bem como a implantação da infraestrutura urbana necessária ao adequado funcionamento do conjunto habitacional.

2.2. A contratação justifica-se pela necessidade de atendimento à demanda habitacional do município, especialmente de famílias em situação de vulnerabilidade social, que não dispõem de moradia própria ou residem em condições precárias, sendo dever do Poder Público promover políticas públicas voltadas à garantia do direito social à moradia, conforme previsto na Constituição Federal e nas diretrizes do programa habitacional federal.

2.3. A ausência da intervenção contribui para a manutenção do déficit habitacional local, favorecendo ocupações irregulares, moradias inadequadas e situações de risco social, além de dificultar o planejamento urbano e a oferta de infraestrutura básica à população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

2.4. Com a contratação, será possível executar a construção das unidades habitacionais e a infraestrutura complementar prevista em projeto, incluindo serviços de terraplenagem, redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, energia elétrica, pavimentação, acessos e demais melhorias urbanas, assegurando condições adequadas de habitabilidade, salubridade, segurança e qualidade de vida aos beneficiários.

2.5. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para viabilizar a implementação da política habitacional municipal, reduzir o déficit de moradias, promover inclusão social e contribuir para o desenvolvimento urbano ordenado e sustentável do Município de Marilândia/ES.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a construção de 20 (vinte) unidades habitacionais populares e implantação da infraestrutura urbana complementar, integrantes do empreendimento Casas Populares – Novo PAC (Programa Minha Casa, Minha Vida), no Loteamento Conjunto Habitacional Mauro Bravin, no Município de Marilândia/ES, contemplando o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os serviços necessários à entrega das moradias em plenas condições de habitabilidade.

3.2. Planejamento e Construção

A execução dos serviços observará os projetos executivos, levantamentos técnicos, estudos topográficos e geotécnicos, memoriais descritivos e especificações técnicas, assegurando compatibilidade construtiva, qualidade dos materiais, segurança estrutural e desempenho adequado das edificações e da infraestrutura ao longo de seu ciclo de vida.

3.3. Execução das unidades Habitacionais e Infraestrutura

A execução compreenderá, entre outros serviços:

- Serviços preliminares, instalação de canteiro de obras, limpeza e preparo da área;
- Terraplenagem, regularização e conformação do terreno;
- Implantação e complementação dos sistemas de drenagem superficial e profunda;
- Execução de fundações, estruturas, alvenarias, coberturas, esquadrias, revestimentos e acabamentos das unidades habitacionais;
- Implantação das instalações elétricas, hidrossanitárias e demais sistemas prediais;
- Execução da infraestrutura urbana complementar, incluindo redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, energia elétrica, pavimentação, calçadas e acessos;
- Recomposição e urbanização das áreas externas;
- Execução dos serviços conforme os projetos, memorial descritivo e planilha orçamentária aprovados pela Administração;
- Apresentação das ARTs dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços;
- Entrega de relatórios de medição, registros fotográficos e demais documentos técnicos comprobatórios da execução da obra.

3.4. Entrega e Recebimento

Após a conclusão das obras, será realizado o recebimento provisório e definitivo mediante vistoria técnica, verificação da conformidade com os projetos e especificações, apresentação das ARTs, medições, relatórios fotográficos e demais documentos exigidos, assegurando que as unidades estejam aptas à ocupação pelas famílias beneficiárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

3.5. Operação e Manutenção

Serão recomendadas orientações básicas de uso e conservação das unidades habitacionais e da infraestrutura implantada, bem como a realização de manutenções preventivas periódicas nas instalações prediais, redes externas e pavimentação, visando preservar a durabilidade, segurança e funcionalidade do empreendimento.

3.6. Sustentabilidade e Eficiência

As soluções adotadas priorizarão o uso racional de recursos, a adequada gestão de resíduos da construção civil, a eficiência das instalações prediais, a durabilidade dos materiais e a redução de impactos ambientais, contribuindo para a sustentabilidade do empreendimento e para a melhoria da qualidade de vida da população atendida.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução do empreendimento Casas Populares – Novo PAC (Programa Minha Casa, Minha Vida) deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais, de qualidade, segurança e sustentabilidade necessários à construção de 20 (vinte) unidades habitacionais e à implantação da infraestrutura urbana complementar, conforme especificado neste Termo de Referência e documentos anexos.

4.2. Requisitos Técnicos para a execução da obra

- Execução dos serviços em conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados pela Administração;
- Atendimento às normas técnicas da ABNT, às normas de desempenho das edificações habitacionais (NBR 15575), códigos de obras, posturas municipais e demais legislações aplicáveis;
- Utilização de materiais novos, de primeira qualidade, com procedência comprovada e adequados às condições locais;
- Execução das unidades habitacionais, instalações elétricas, hidrossanitárias e infraestrutura urbana com padrões de segurança, durabilidade, funcionalidade e habitabilidade;
- Realização de levantamentos, medições e verificações técnicas necessárias à correta implantação das edificações;
- Indicação de engenheiro e/ou arquiteto responsável técnico, devidamente registrado no CREA/CAU, com emissão das respectivas ARTs/RRTs, permanecendo responsável pela coordenação, segurança e conformidade técnica da obra.

4.3. Requisitos Legais e Documentais

- Apresentação de toda a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- Apresentação das ARTs/RRTs de todos os profissionais responsáveis pelas etapas da obra;
- Cumprimento integral da legislação trabalhista, previdenciária, de segurança do trabalho e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- Atendimento às exigências ambientais e urbanísticas aplicáveis ao empreendimento.

4.4. Prazos e Garantias

- Conclusão dos serviços no prazo estabelecido no contrato, observando o cronograma físico-financeiro aprovado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA

Estado do Espírito Santo

- Garantia mínima de 5 (cinco) anos para a solidez e segurança estrutural das edificações e de 1 (um) ano para os demais serviços e acabamentos, conforme o Código Civil Brasileiro e normas da construção civil;
- Correção de eventuais vícios ou defeitos construtivos identificados durante o período de garantia, sem ônus para a Administração.

4.5. **Segurança e Responsabilidade Ambiental**

- Adoção de medidas de segurança do trabalho, com fornecimento de EPIs, sinalização do canteiro e cumprimento das normas regulamentadoras;
- Organização do canteiro de obras e destinação adequada dos resíduos da construção civil;
- Controle de poeira, ruídos e demais impactos ambientais temporários;
- Cumprimento da legislação ambiental vigente e dos princípios de sustentabilidade nas contratações públicas.

4.6. **Entregáveis**

Ao final da execução das obras do empreendimento habitacional, a contratada deverá entregar:

- Relatório técnico descritivo contendo o detalhamento das etapas executadas;
- Registro fotográfico das fases construtivas e do resultado final;
- Projetos “as built”, quando aplicável;
- Memoriais descritivos atualizados e especificações dos materiais empregados;
- Cronograma físico-financeiro final e medições consolidadas;
- Documentação completa em formato físico e digital (PDF e planilhas editáveis), organizada para fins de arquivamento e fiscalização;
- ARTs/RRTs dos responsáveis técnicos;
- Termo de conclusão da obra apta à ocupação.

5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias após da emissão da Ordem de Serviço pela contratante;

5.1.2. Os serviços serão executados conforme o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, contemplando, no mínimo, as seguintes etapas:

- Mobilização dos canteiros de obras;
- Serviços preliminares e terraplenagem;
- Implantação da infraestrutura urbana (drenagem, redes de água, esgoto, energia elétrica, pavimentação e acessos);
- Execução das fundações, estruturas, vedações, coberturas e acabamentos das unidades habitacionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

- Instalações hidrossanitárias, elétricas e complementares;
- Serviços de urbanização, calçadas, acessibilidade e áreas externas;
- Limpeza final, testes de funcionamento e entrega das moradias em plenas condições de habitabilidade.

5.1.3. A execução deverá observar rigorosamente os projetos executivos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, normas técnicas da ABNT, diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida/Novo PAC e demais legislações aplicáveis.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão executados no Loteamento Conjunto Habitacional Mauro Bravin, localizado no Município de Marilândia/ES, conforme definido nos projetos e documentos técnicos do processo licitatório.

5.3. Os serviços serão prestados, preferencialmente, no horário das 07:00 às 17:00 horas, em dias úteis, podendo haver ajustes mediante autorização da fiscalização, quando necessário ao cumprimento do cronograma.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços observará as disposições do Código Civil (art. 618), do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais normas aplicáveis, sendo de, no mínimo, 05 (cinco) anos para a solidez e segurança das edificações e 01 (um) ano para os demais serviços e acabamentos.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Ao término da execução, a contratada deverá:

- Realizar limpeza geral da obra e desmobilização do canteiro;
- Efetuar testes e comissionamento das instalações;
- Entregar as unidades habitacionais concluídas, aptas à ocupação;
- Apresentar documentação “as built”, relatórios técnicos, ARTs, manuais de uso e manutenção das edificações e demais documentos exigidos pela fiscalização;
- Prestar apoio técnico durante o período de recebimento provisório e definitivo.

5.6. Não são previstos procedimentos complexos de transição operacional, tratando-se de entrega definitiva das unidades habitacionais e da infraestrutura urbana ao Município.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução da obra.
- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1ºI);
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será aferida na realização da vistoria realizada pelo fiscal do contrato, em atendimento ao estabelecido nos projetos, normas técnicas e cronograma físico financeiro.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

Do recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA

Estado do Espírito Santo

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador do serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

8.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.1. *Valor global: conforme valor estimado da licitação.*

8.3.2. *Custos unitários*

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.4.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora - SICAF;

8.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

8.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6.1. Tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

- 8.6.2. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 8.6.3. Constatada a existência de sanção, o proponente não poderá ser contratado, por falta de condição de participação.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da comprovação dos requisitos abaixo.
- 8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.11. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.
- 8.12. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e em seus anexos.
- 8.13. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.13.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 8.13.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.13.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.13.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.13.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
 - 8.13.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 8.13.7. A inexequibilidade da proposta só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
 - 8.13.7.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.13.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.14. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.14.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

8.14.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.14.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

8.14.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.15. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.16. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, no prazo mínimo de 2hs (duas horas) e máximo de 24hs (vinte e quatro horas) para apresentar as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.16.2. O licitante vencedor da etapa de lances deverá apresentar as planilhas informadas no item acima readequadas ao valor do lance final ofertado, observando esta que o percentual de desconto do valor do lance final deverá ser aplicado proporcional em todos os itens da planilha a ser apresentada pela empresa.

8.17. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.

8.17.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.17.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.18. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o Agente de Contratação contará com a ajuda do corpo técnico de engenheiros da Prefeitura Municipal de Marilândia/ES, sendo tais engenheiros devidamente notificados pela Autoridade Máxima Municipal para comparecimento a Sessão Pública Licitatória.

8.19. O local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, está prevista no Termo de Referência.

8.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio do e-mail licitacao@marilandia.es.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA Estado do Espírito Santo

8.21. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.22. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.23. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.24. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.25. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.26. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.27. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.28. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.29. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.30. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.31. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.32. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.33. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

8.34. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalhista;

8.35. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.36. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.37. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.38. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.39. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.40. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

8.41. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.42. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.43. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.44. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.45. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.46. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.47. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.48. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

Qualificação Técnica

8.49. Certidão de Registro ou Inscrição da empresa, mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica - CRQPJ, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da empresa, obedecidas as atualizações cadastrais e dentro do seu prazo de validade;

8.50. Comprovação de aptidão da empresa licitante, de desempenho de atividades pertinentes e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnica ou CAT - Certidão de Acervo Técnico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços, com características semelhantes do objeto a ser executado, vedadas as limitações de tempo e locais específicos, observando-se, para tanto, as parcelas de maior relevância e valor significativo, conforme descrição abaixo:

8.50.1. As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo são as seguintes:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos	m ²	865
Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados de até 2 águas para telha cerâmica capa-canal, incluso transporte vertical	m ²	734
Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 6 m, para telha cerâmica ou de concreto, incluso içamento	Unid.	40

8.50.2. A comprovação da execução dos serviços acima descritos (parcelas de maior relevância), poderão ser efetuadas mediante apresentação de Atestados de Capacidade Técnica ou mediante Certidões de Acervo Técnico – CAT, do(s) profissional (is) responsável (is) técnico(s), de forma cumulativa, desde que, na CAT conste o nome da Empresa Licitante como EXECUTORA DOS SERVIÇOS, OU

8.50.3. Certidão de Acervo Operacional (CAO), prevista na Resolução 1.137/2023 do CONFEA, em nome da empresa licitante, obtida no sítio eletrônico do respectivo conselho, referente à execução de obras compatível com o objeto da licitação.

8.50.4. Para fins de comprovação dos quantitativos de serviços exigidos no item 8.53.1, serão permitidos os somatórios de Certidão de Acervo Operacional (CAO), apresentados pelas empresas licitantes.

8.51. Atestado de Visita Técnica ou declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, que conhece as condições do local em que a obra será executada e que tem conhecimento de todas as informações necessárias dos projetos e demais componentes para a elaboração da proposta.

8.52. Declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, que possui disponibilidade de máquinas, equipamentos e pessoal técnico, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.

Da Capacidade Técnico-profissional

8.53. Certidão de Registro ou Inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s), mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física - CRQPF, junto ao Conselho Regional de Engenharia e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da empresa, obedecidas as atualizações cadastrais e dentro do seu prazo de validade;

8.54. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, acompanhada da Certidão de Acervo Técnico – CAT, por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as limitações de tempo e locais específicos, observando-se, para tanto, as parcelas de maior relevância e valor significativo, conforme descrição abaixo:

8.54.1. As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo são as seguintes:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos	m ²	865
Trama de madeira composta por ripas, caibros e terças para telhados de até 2 águas para telha cerâmica capcanal, incluso transporte vertical	m ²	734
Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 6 m, para telha cerâmica ou de concreto, incluso içamento	Unid.	40

8.54.2. O(s) atestado(s) só será(ão) aceito(s) se o profissional em pauta pertencer ao quadro técnico da empresa, conforme as exigências específicas de seus respectivos conselhos, comprovado mediante apresentação da Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica emitido junto ao CREA/CAU em que conste o nome do Responsável Técnico.

8.54.3. Os profissionais indicados pelos licitantes para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, deverão ser observadas a necessária qualificação técnica e atribuições do título lhe conferidos, nos termos da Resolução nº 218/73 – CONFEA e deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela administração.

8.55. Tanto para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, quanto da capacidade técnico-profissional, será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços de características similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8.56. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) pertencente ao quadro técnico da licitante para o acompanhamento dos serviços, objeto da presente licitação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.117.331,87** (três milhões, cento e dezessete mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos) conforme custos unitários apostos em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
Estado do Espírito Santo

GERAL		EMPENHO
Dotação	Elemento Despesa	
<input type="checkbox"/> Órgão : 090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA		
<input type="checkbox"/> Unidade Orçamentária : 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA		
<input type="checkbox"/> Função : 08 - Assistência Social		
<input type="checkbox"/> SubFunção : 244 - Assistência Comunitária		
<input type="checkbox"/> Programa : 0009 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO À ASSISTÊNCIA SOCIAL		
<input type="checkbox"/> Atividade/Projeto : 3.016 - MORADIA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA		
09009.0824400093.016.44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES		44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Marilândia/ES, 14 de maio de 2026.

Karla Andressa Bulian Santos
Engenheira Civil



Documento assinado digitalmente
MICHEL BERTOLO
Data: 14/05/2026 16:57:53-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Michel Bertolo
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.marilandia.es.gov.br/> / Chave: f95da05d-8b17-4990-85f0-646860ef8d93
Documentos Nº 023888/2026